



Imprimir



Fale Conosco



Zoom+

Zoom-



Edições

Anteriores

Busca

ANO VII - Número 70
Brasília, 10/10/2011

MULHERES EM PAUTA

Campanha: Dia Internacional da Mulher

No Brasil de hoje,
ela pode ser
o que quiser.



8 de março.

Dia Internacional da Mulher

Com o slogan "Quando as mulheres transformam a sua história, o Brasil inteiro se transforma com elas", a SPM lançou, no início deste mês, campanha institucional em comemoração ao Dia Internacional da Mulher - 8 de março. O foco principal é a autonomia das mulheres com destaque para o protagonismo de suas conquistas e do exercício dos seus direitos. As peças também reforçam o papel da mulher como agente transformador no processo de desenvolvimento econômico e social do país, já que representa a maior parte da população, 41% da força de trabalho e chefia cerca de 35% das famílias. A campanha fica no ar até o fim de março e consiste em peças para TV, rádio, internet, revistas".



Miséria e desigualdade de gênero

No Dia Internacional da Mulher (8/3), a ministra da SPM Iriy Lopes, publicou no jornal Correio Braziliense o artigo intitulado "Miséria e desigualdade de gênero". O texto trata da miséria que atinge a maioria das mulheres. "A miséria que atinge 8,9 milhões de pessoas é formada, em sua maioria, por mulheres negras e seus filhos e filhas". Nele, ela diz que para enfrentar a desigualdade de gênero é preciso erradicar a pobreza. [Leia a íntegra do artigo](#)



Pobreza é feminina

"No Brasil a pobreza tem cara: ela é feminina, está ligada às mulheres". A frase é da presidenta Dilma Rousseff, que publicou no 8 de março uma mensagem especial para o Dia Internacional da Mulher. Na mensagem, Dilma Rousseff reforça mais uma vez seu compromisso com a erradicação da pobreza no Brasil e se diz convencida de que programas focados para as mulheres e crianças são o caminho para uma política social bem-sucedida. Ela quer enfatizar que o Bolsa Família e outros programas do governo federal "são eficientes porque privilegiam as mulheres".

Leia a mensagem completa:

"Meu objetivo fundamental, como Presidenta da República, é a erradicação da pobreza extrema. No Brasil, a pobreza tem cara: ela é muito feminina, está ligada às mulheres. Quanto mais pobre a família, maior a chance de que ela seja chefiada por uma mulher. Estou convencida de que uma política bem-sucedida de eliminação da miséria deve ser focada na

AGENDA

III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Convocada pela presidenta Dilma Rousseff, nesta terça-feira (15/3), por meio de Decreto, publicado no Diário Oficial da União, a III Conferência vai acontecer no período de 12 a 14 de dezembro. A coordenação da conferência está a cargo da SPM e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Seu objetivo é discutir e elaborar propostas de políticas que contemplem a construção da igualdade de gênero para o fortalecimento econômico, social, cultural e político das mulheres e para a erradicação da pobreza extrema. A III Conferência adotará o seguinte temário: análise da realidade nacional social, econômica, política, cultural e dos desafios para a construção da igualdade de gênero; e avaliação e aprimoramento das ações e políticas que integram o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Ela será presidida pela ministra da SPM e presidenta do

mulher e na criança. Programas como o Minha Casa Minha Vida, o PRONAF Mulher ou o Bolsa Família - que acaba de ser reajustado em até 45,5% e que terá impacto proporcional à quantidade de filhos da família beneficiada - são eficientes porque privilegiam as mulheres. No Dia Internacional da Mulher, quero ressaltar que a eliminação da discriminação de gênero e a valorização das mulheres e das meninas são estratégias indispensáveis para alcançarmos êxito em nossa luta contra a pobreza. Com base em iniciativas como a Lei Maria da Penha, temos alcançado progresso no combate à violência contra as mulheres, mas ainda há muito por fazer. Temos o compromisso sagrado de enfrentar essa questão, intensificando e ampliando as medidas adotadas no governo passado. O Brasil que queremos, e que vamos ter, é um país sem violência. É um país com água, com luz, com saneamento, com educação de qualidade e emprego digno para todos. É um país rico, em que as mulheres e os homens têm as mesmas oportunidades e privilégios, contribuindo juntos para o desenvolvimento e o criando seus filhos com dignidade e com orgulho."



Brasileiras I

"Brasileiras" é o programa de rádio da Secretaria de Imprensa da Presidência da República que estreou nesta quarta-feira (16/3) com a ministra Iriny Lopes, da SPM. Durante a entrevista, com vários rádios do país, ela pediu agilidade na aplicação da Lei Maria da Penha. "Precisamos ter aplicação rápida e eficaz da Lei Maria da Penha em relação aos agressores, coisa que não vem acontecendo", disse. Ela afirmou ter conhecimento de casos em que mulheres são assassinadas pelo agressor antes do processo ser concluído. "Nós temos dialogado com o Judiciário para apressar os julgamentos dos agressores das mulheres, respeitando a Lei Maria da Penha e apressando inclusive esse debate jurídico no interior do próprio Judiciário sobre a constitucionalidade ou não da legislação. Tenho dito aos magistrados que a lei reflete o desejo e a compreensão do legislador no sentido da proteção da mulher", afirmou.



Brasileira II

Iriny defendeu o aumento da participação das mulheres na política. No âmbito da reforma política, ela apóia a proposta de votação em lista com o mesmo número de homens e de mulheres. O Senado e a Câmara já instalaram comissões para preparar uma proposta de reforma política. "Nessa questão precisamos ousar. Eu acho que nós temos que partir também para um percentual não só de candidatas mulheres, mas um percentual reservado às mulheres [no Congresso] como países do mundo inteiro têm feito. A Argentina, por exemplo, tem 30% do seu Congresso reservado à ocupação dessas vagas por mulheres", revelou. Além de falar sobre a Lei Maria da Penha e a reforma política, a ministra também abordou assuntos como as principais ações do governo para as brasileiras, o desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres e a erradicação da pobreza, a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e o enfrentamento à violência. **Ouçã a íntegra do programa**



Comemorações do mês da mulher I

CNDM, Iriny Lopes. A elaboração de seu regimento é o próximo passo a ser dado. Antecede o evento nacional, uma grande mobilização em todas as regiões que acolherá as mais diferentes formas de organização a participação das mulheres urbanas, do campo, das florestas, ribeirinhas e dos povos e comunidades tradicionais. [Leia a íntegra do Decreto](#)



ACONTECEU

Uma homenagem a Tia Ciata

A ministra Iriny Lopes participou da abertura do Carnaval da Lapa 2011 no Rio de Janeiro, no dia 4 de março. O evento denominado Rio Marchinhas foi em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e à Tia Ciata. A ministra ressaltou a importância de Tia Ciata, a baiana de nascimento Hilária Batista de Almeida. Às milhares de pessoas concentradas nos Arcos da Lapa, Iriny Lopes, que falou antes do show da compositora e cantora Teresa Cristina, lembrou que Tia Ciata representava a coragem da mulher e a cultura popular. Tia Ciata mudou para o Rio aos 22 anos de idade e sustentava a família (14 filhos) vendendo quitutes na rua Sete de Setembro, vestida com as roupas de candomblé,

Na cerimônia de abertura das comemorações do mês da mulher (1/3), em Irecê (BA), a ministra Iriny Lopes assinou contrato do Pronaf Mulher com a representante das trabalhadoras rurais do Território de Cidadania (BA). Outros dois convênios, que favorecem mulheres, foram assinados pela ministra Tereza Campelo, do MDS, e por José Sérgio Gabrielle e Miguel Rosseto, da Petrobras Biocombustível. A presidenta Dilma Roussef cumprimentou as mulheres baianas, lembrando o início do mês da mulher. "Somos 52% da população e os outros 48% são nossos filhos. Então está tudo em casa", brincou a presidenta. Dilma anunciou o aumento de 45% para famílias com filhos de até 15 anos. O reajuste médio dos benefícios é de 19,4%, com aumento real de 8,7% sobre a inflação do período de setembro de 2009 - data do último reajuste - a março de 2011. O Bolsa Família beneficia 7 mil pessoas na região. A Bahia tem o maior número de beneficiários. "Viemos lançar o programa aqui em Irecê para demonstrar nosso compromisso com a parcela brasileira que sempre foi rejeitada. Esse compromisso está expresso em nossa logomarca: país rico é país sem pobreza", explicou.



Comemorações do mês da mulher II

"Estou aqui para dar início ao meu programa de erradicação da miséria. Ainda estamos fechando as ações, mas começamos com o reajuste para quem precisa, ou seja, para famílias", justificou Dilma. A presidenta destacou outras ações para combater a pobreza, especialmente às voltadas para mulheres, como crédito para agricultura familiar, capacitação, educação. Ela ressaltou a importância das mulheres na sociedade: "A bola hoje está com a gente, com as mulheres. Esse é o nosso mês. Carinho e coragem. É a marca da mulher brasileira e das baianas", finalizou a presidenta. Segundo a ministra Iriny Lopes, a abertura das atividades do mês da mulher em Irecê tem um simbolismo. "O governo federal elegeu o combate à miséria como meta principal. O sertão baiano tem dificuldades no acesso à água, ao trabalho regularizado e, ao mesmo tempo, é um lugar com forte presença da agricultura familiar. Ao anunciar o reajuste do Bolsa Família e do incentivo ao crédito para mulheres, a presidenta Dilma quis destacar que elas fazem parte da prioridade deste governo e os programas principais serão voltados para quem precisa", afirmou Iriny. A visita de Dilma Roussef em Irecê aconteceu no pavilhão de eventos da cidade, onde estavam mais de duas mil pessoas. Do lado de fora, outras três mil acompanhavam o discurso por telão, exibiam faixas de apoio à presidenta. Além da presidenta, das ministras Iriny Lopes, Tereza Campelo (MDS), Helena Chagas (Comunicação), participaram o ministro de Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, o governador Jacques Wagner (BA), o prefeito de Irecê, Zé das Virgens, e dezenas de prefeitos da região.



Ministra grava mensagem para 8 de março

Na mensagem, Iriny afirma que o diálogo com os movimentos sociais, governadores e prefeitos é fundamental para repactuar a efetivação das políticas públicas para as mulheres e garantir que essas ações cheguem até elas para mudar suas vidas. Igualmente importante, disse a ministra, é defender a Lei Maria da Penha, instrumento fundamental no combate à violência contra a mulher. Ela salientou também que todos os esforços para melhorar a vida das mulheres só terão resultados "se elas forem as

visual que seria adotado posteriormente pelas baianas que comercializam acarajé. Tia Ciata morava na rua Visconde de Itaúna, 117, onde realizava festas e lugar do primeiro samba registrado no Brasil: "Pelo Telefone", de Donga e Mauro de Almeida. Isso, em 1916. Amiga de Pixinguinha, Heitor dos Prazeres, João da Baiana, Donga, Mauro de Almeida, Tia Ciata foi escolhida como personagem do Rio Marchinhas por ser uma mulher de luta, considerada mãe do samba e do carnaval dos pobres. O evento foi aberto pela portelense Teresa Cristina, que afirmou ser um sonho abrir o Carnaval da Lapa, bairro em que se apresenta há 15 anos. Mesmo com chuva, milhares de pessoas acompanharam o cortejo com Rio Maracatu, que arrastou os foliões pelas ruas da Lapa até a Fundação Progresso. Além de Teresa Cristina, se apresentaram As Mulheres de Chico.



Indígena nas Forças Armadas

Silvia Nobre Waiãpi, 35 anos, é a primeira militar indígena a integrar as Forças Armadas no Brasil. Ela disputou uma vaga com 5 mil candidatos e foi aprovada com uma das melhores pontuações no Centro de

principais protagonistas dessas mudanças, se tiverem tratamento igualitário no mercado de trabalho, na sociedade, nos espaços de decisão e poder, pois quando a mulher transforma sua história, todo o país se transforma com ela", afirmou.

Acesse **aqui** a íntegra da mensagem para a TV

Acesse **aqui** a íntegra da mensagem para a Rádio.



Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado I

A pesquisa "Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado", realizada em agosto de 2010 e divulgada no final de fevereiro pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Sesc, traz o recorte de gênero como novidade. Para a realização do estudo foram ouvidos 1.181 homens em todo o país, além de 2.365 mulheres, em 25 estados. Os principais temas abordados são: feminismo e machismo; divisão sexual do trabalho e tempo livre; corpo, mídia e sexualidade; saúde reprodutiva e aborto; violência doméstica; e democracia, mulher e política. A margem de erro da pesquisa é de dois a quatro pontos percentuais. O estudo mostra que a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas violentamente no Brasil. Para chegar a essa estimativa, os pesquisadores projetaram, com base em sua amostra, que 7,2 milhões de mulheres com mais de 15 anos já sofreram agressões - 1,3 milhão delas nos doze meses que antecederam a pesquisa. O aspecto positivo dos dados é que eles caíram. Há 10 anos, eram oito as mulheres agredidas a cada dois minutos. A pequena diminuição do número de mulheres agredidas entre 2001 e 2010 pode ser atribuída, em parte, à Lei Maria da Penha. Entre os pesquisados, 80% aprovam a nova legislação. Mesmo entre os 11% que são críticos, a principal ressalva é ao fato de que a lei é insuficiente. Esta edição também traz dados inéditos sobre o que os homens pensam sobre a violência contra mulheres. Enquanto 8% do total admitem ter batido na mulher, 48% dizem ter um amigo ou conhecido que bate na mulher e 25% têm parentes que agredem as companheiras. No total de homens, 2% declaram que "têm mulher que só aprende apanhando bastante". Além disso, entre os 8% que assumem praticar violência, 14% acreditam ter agido bem e 15% declaram que bateriam de novo. Isso indica um padrão de comportamento e não uma exceção. Respostas sobre agressões sofridas ainda na infância reforçam a ideia de que a violência pode fazer parte de uma cultura familiar. No total, 78% das mulheres e 57% dos homens que apanharam na infância acreditam que dar tapas nos filhos de vez em quando é necessário.



Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado II

Uma em cada quatro mulheres afirma ter sofrido maus-tratos durante o parto. Os dados referem-se tanto a hospitais públicos quanto a privados e foram colhidos de 25 unidades em 176 municípios espalhados pelo Brasil. Ao menos 23% das entrevistadas ouviram frases humilhantes, como "Não chora não que ano que vem você está aqui de novo" (15%) ou, "Na hora de fazer não chorou. Não chamou a mamãe, por que está chorando agora?" (14%), ou ainda "Se ficar gritando, vai fazer mal para o seu

Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, onde serve no Hospital Central do Exército como aspirante. Em seis meses, será promovida a 2º tenente. A Índia Waiãpi - etnia que hoje soma somente cerca de 700 integrantes - , nasceu no Amapá, no Parque Indígena do Tumucumaque, na fronteira com a Guiana Francesa. Aos 14 anos, ela deixou a floresta amazônica e se mudou para o Rio de Janeiro, onde chegou a mendigar e passar fome. Vendeu livros para sobreviver, formou-se em fisioterapia e destacou-se como atleta. Atualmente, faz cursos de especialização em saúde pública na UFF (Universidade Federal Fluminense), gênero e sexualidade na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e gestão hospitalar, em uma universidade particular.



Prêmio Berta Lutz I

O Congresso Nacional realizou, no dia 1º de março, sessão solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher (8 de março) e conceder o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2010, do Senado, às cinco vencedoras desta edição. Foram diplomadas Maria Liége, Chloris Casagrande, Maria José Silva, Maria Ruth Barreto e Carmem Helena Foro. Na ocasião,

neném. Seu neném vai nascer surdo". Cerca de 25% das mulheres também reclamaram de terem sofrido algum tipo de violência durante o atendimento. As queixas mais comuns são: fez exame de toque de forma dolorosa (10%); negativas ou não oferecimento de algum tipo de alívio para a dor (10%); ouviram gritos (9%); não receberam informações sobre algum procedimento (9%); tiveram atendimento negado (8%); e ouviram xingamentos ou foram humilhadas (7%). Em famílias com filhos pequenos, o homem deve trabalhar e a mulher deve ficar em casa cuidando das crianças. Isso é o que pensa a maioria dos brasileiros. Entre as entrevistadas, 75% concordam com essa ideia. Entre os homens, 79%. Esse é, segundo o estudo, o principal motivo para as mulheres nunca terem trabalhado ou terem largado o emprego em 2010. Enquanto 28% dizem que nunca trabalharam por essa razão, 30% largaram os empregos porque ficaram grávidas ou para se dedicar às crianças.



Campanha de Carnaval: mulheres jovens foi o foco principal I



Mulheres jovens na faixa etária de 15 a 24 anos foi o foco da campanha do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, do Ministério da Saúde e da SPM para o carnaval de 2011, lançada no final de fevereiro, no Rio e no Espírito Santo. A ideia era que as mulheres pudessem incentivar o parceiro a usar a camisinha nas relações. A campanha também abordou a testagem do HIV. No Rio, o ministro da Saúde Alexandre Padilha submeteu-se ao teste rápido para diagnóstico do HIV. A intenção foi mostrar à sociedade a importância de um simples furo no dedo para o diagnóstico precoce da doença. O cantor pernambucano Reginho, autor da música "Minha Mulher Não Deixa Não", jingle da campanha, também estava presente. A ministra Iriny Lopes participou do lançamento em Vitória (ES). Alinhadas com o Dia Internacional da Mulher, as mensagens da campanha sugerem mudança de hábito na forma como a população geral lida com questões como confiança e entrega. Entre os fatores que fazem com que a mulher abandone o uso de preservativos estão mitos relacionados à falsa percepção de segurança nos parceiros: a necessidade de provar que ama o parceiro ou que confia nele, a idealização romântica, o julgamento pela aparência, a vontade de se entregar.



Campanha de Carnaval: mulheres jovens foi o foco principal II

A campanha exaltou a participação das jovens na negociação do uso do preservativo, demonstrando que o insumo pode ser um aliado na

houve uma homenagem póstuma à advogada, poetisa e técnica em desenvolvimento urbano e rural Ana Maria Pacheco Vasconcelos. A sessão foi aberta pelo presidente do Senado, José Sarney, que posteriormente, passou a condução dos trabalhos para a vice-presidenta do senado, senadora Marta Suplicy (PT/SP). Na ocasião, a ministra Iriny Lopes foi representada pela secretária-adjunta, Rosana Ramos.

Compuseram a mesa da sessão, o presidente e a vice-presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT/RS) e a deputada Rose de Freitas (PMDB/ES); as ministras Luiza Bairros, da Secretaria de Igualdade Racial (SEPIR), e Ana Holanda, do Ministério da Cultura; a presidente da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, deputada Janete Pietá (PT-SP); a presidente do Conselho do Diploma Mulher Cidadã Bertha-Lutz, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM); a secretária-adjunta da SPM, Rosana Ramos; e a senadora Ana Rita (PT-ES).



Prêmio Bertha Lutz II

O presidente do Senado, destacou o progresso do país ao falar do aumento da participação feminina na vida política e social e a maturidade da sociedade brasileira ao eleger uma

relação. Veiculadas nos meios de comunicação durante a maior festa popular brasileira, as peças foram voltadas principalmente às mulheres de baixa renda. Pela primeira vez, a campanha foi dividida em três filmes transmitidos pela TV e internet em momentos distintos. No primeiro, antes do carnaval (de 25 de fevereiro a 4 de março), um grupo de amigas lembra a importância de ter a camisinha. No segundo, durante a festa (de 5 a 8 março), elas reforçam o uso do preservativo na hora da relação. Na veiculação do terceiro filme (9 a 20 de março), o mesmo grupo de meninas se encontra depois da folia e orienta quem fez sexo desprotegido a realizar o teste de aids.

Para ver as peças da campanha, acesse o link:

www.aids.gov.br/campanha/carnaval-2011



Mais meninas com aids

O alerta ao público jovem sobre vulnerabilidades ao HIV/aids ampara-se em dados epidemiológicos do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais da Secretaria de Vigilância em Saúde. De acordo com o Boletim Epidemiológico 2010, os casos de aids em homens e mulheres jovens, de 13 a 19 anos, de 1980 até junho de 2010, correspondem a um total de 12.693. Nessa faixa etária, o número de casos de aids é maior entre as mulheres: oito casos em meninos para cada dez em meninas, enquanto que nas demais faixas etárias o número de casos de aids é maior entre homens do que entre mulheres. Em relação ao uso da camisinha, a Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas da População Brasileira (PCAP - 2008) mostra que, entre jovens de 15 a 24 anos, as meninas estão mais vulneráveis ao HIV. Em todas as situações, os meninos usam mais preservativo do que elas. Na última relação sexual com parceiro casual, o percentual de uso da camisinha entre as meninas é consideravelmente mais baixo (49,7%) do que entre os meninos (76,8%). Quando o relacionamento se torna fixo, apenas 25,1% delas utilizam a camisinha com regularidade; entre eles, o percentual é de 36,4%.



Fique sabendo

É o teste rápido para diagnóstico do HIV que pode ser feito nos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA). Antes e depois da testagem, a pessoa passa por aconselhamento e orientação com o objetivo de facilitar a interpretação do resultado. O teste deve ser feito no mínimo 30 dias após a situação de risco. Se o resultado for positivo, a pessoa pode fazer acompanhamento nos serviços de saúde e começar o tratamento no momento mais adequado. Esse cuidado se reflete na qualidade de vida de quem vive com HIV/aids. A recomendação vale para relação sexual desprotegida (inclusive sexo oral) e uso de seringas ou agulhas compartilhadas. As mulheres que desejam engravidar são aconselhadas a conhecer sua condição sorológica. A medida pode evitar a transmissão vertical do HIV e das hepatites (de mãe para filho). Mulheres com resultado positivo que iniciam o tratamento o quanto antes têm menos chances de passar as doenças para o bebê. Estimativas do Ministério da Saúde indicam que existem hoje no Brasil cerca de 630 mil pessoas vivendo com o vírus da aids. Dessas, 255 mil nunca teriam feito o teste e por isso não conhecem sua sorologia. Veja [aqui](#) as peças publicitárias.

mulher para a presidência. Sarney citou pesquisa do DataSenado, concluída no fim de fevereiro, revelando que a maioria das mulheres (66%) acha que aumentou a violência doméstica e familiar contra o gênero feminino, ao mesmo tempo em que 60% entendem que a proteção está melhor após a Lei Maria da Penha. "Quero homenagear, aqui, todas as mulheres que fazem a máquina deste país funcionar". Assim a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, saudou as brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher.

Lembrou das mulheres que cuidam de seus filhos e ainda buscam, com seus empregos, o sustento da família. Ela também prestou homenagem às mulheres "que iluminaram a cultura brasileira", como Lélia Abramo, Chiquinha Gonzaga, Cecília Meireles, Clarisse Lispector, Cacilda Becker, Tarsila do Amaral e Carmem Miranda. A ministra da Seppir, Luiza Bairros, disse que a data deve servir para reforçar as ações pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. "Mais do que homenagear a mulher, o dia 8 de março - Dia Internacional da Mulher -, deve servir para lembrar as ausências de direitos a que as mulheres estão sujeitas", observou. Luiza espera que, nos próximos anos, não seja preciso falar da ausência de

Reunião da CSW I

A ministra Iriny Lopes chefiou uma expressiva delegação brasileira que participou da 55ª Reunião da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU). A equipe foi composta por 16 pessoas entre representantes da SPM, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e por mulheres cientistas brasileiras originárias de importantes centros de pesquisa de diferentes regiões do País. O encontro que reuniu representantes de 45 países membros aconteceu em Nova Iorque, de 22 de fevereiro a 4 de março. Neste ano, as discussões giraram em torno do acesso e participação das mulheres e das jovens à educação, à formação, à ciência e tecnologia, inclusive para a promoção da igualdade de acesso das mulheres ao pleno emprego e trabalho decente. Outros assuntos que também estiveram na pauta foram: a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas e o empoderamento das mulheres.

Reunião da CSW II

Ao participar da cerimônia de abertura da 55ª CSW, Iriny teve a oportunidade de falar sobre o marco na história do Brasil: a eleição da primeira presidenta e a escolha de nove mulheres para compor o quadro de ministérios. Discorreu ainda sobre os temas prioritários do governo brasileiro no desenvolvimento de políticas para as mulheres para os próximos anos. As delegações do Brasil, Índia e Estados Unidos coordenaram um evento paralelo sobre "Mudança de Atitudes Fixas: Enfoques novos para Promover Mulheres e Meninas na Ciência". Esse eixo teve como foco programas de sucesso e estratégias para apoiar mulheres na ciência dentro de instituições de ensino e na indústria. As cientistas norte-americanas apresentaram Programa ADVANCE, que busca transformar as estratégias de recrutamento e retenção para mulheres cientistas nas universidades americanas.

Reunião da CSW III

Durante o evento, Michelle Bachelet, diretora-executiva da ONU-Mulheres, reuniu ministras e autoridades que participam da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (CEPAL) para tratar do aprofundamento dos avanços no tema da igualdade de gênero, promovendo o empoderamento político e econômico das mulheres na região. A ministra Iriny Lopes também participou do encontro que contou com 36 representantes de 18 países membros da CEPAL. Na ocasião, Bachelet recebeu apoio e sugestões das participantes. Tiveram destaque a importância dos acordos regionais, especialmente o Consenso de Brasília e o fortalecimento dos mecanismos para o avanço dos direitos das mulheres no que diz respeito à transversalidade da perspectiva de gênero em todas as políticas nacionais. Ao final, as delegadas agradeceram o compromisso da diretora-executiva e ressaltaram a necessidade de fortalecer a capacidade de argumentação por meio da evidência técnica e científica.

direitos das mulheres, mas da igualdade de direitos na sociedade.

Prêmio Bertha Lutz III

Instituído pelo Senado em 2001 para homenagear mulheres que tenham oferecido relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no país. Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) tornou-se pioneira na defesa dos direitos políticos das mulheres brasileiras. Filha de Amy Fowler e do cientista pioneiro de Medicina Tropical Adolfo Lutz, Bertha Lutz esteve à frente da luta pela aprovação da legislação que permitiu às brasileiras o direito de votar e serem votadas. Ela foi deputada federal no ano de 1936, sendo cassada no Estado Novo, em 1937.

Reunião do CNDM

Em clima de cooperação e debate fraterno, a primeira reunião do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) na gestão da ministra Iriny Lopes, que aconteceu no dia (9/2), na SPM, estabeleceu os eixos para a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Os assuntos prioritários foram o combate à miséria e à pobreza e a autonomia econômica, social e

Balanço do Ligue 180 I

Dados da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - mostram que de janeiro a dezembro do ano passado foram registrados 734.416 atendimentos. Um aumento de 82,8% em relação ao ano de 2009 (401.729). O que contabiliza, de abril de 2006 a dezembro de 2010, 1.658.294 atendimentos. O grande destaque do balanço é a busca por informações sobre a Lei Maria da Penha - que representa uma conquista para as mulheres brasileiras -, com 420.313 registros. Dos 734.416 registros, 108.026 dizem respeito a relatos de violência. Desse total, 63.831 referem-se à violência física; 27.433 à violência psicológica; 12.605 à violência moral; 1.839 à violência patrimonial; 2.318 à violência sexual; 447 a cárcere privado; e 73 a tráfico de mulheres. Em 2010, foram registradas 58.714 ocorrências de lesão corporal e 15.324 de ameaças, o que correspondem a 55% e 14,4% do total de relatos de violência, respectivamente. De acordo com a ministra Iriny Lopes os homicídios de mulheres no país são provenientes de violência doméstica. "Os casos começam com lesões leves e vão aumentando de graduação até chegar ao homicídio. Por isso, a violência contra a mulher não pode ser tratada como uma discussão de vizinhos ou uma briga casual de amigos em um bar. As agressões marcam não só as mulheres, mas filhos e filhas, principalmente crianças e adolescentes", disse.

Balanço do Ligue 180 II

As reclamações dos serviços da rede de atendimento à mulher totalizaram 5.302 registros. O que corresponde a um aumento de 91,1% quando comparados ao ano anterior (2.774). Dessas queixas, 85% se referem à segurança pública (4.510). As Delegacias Comuns tiveram 2.308 registros, o que corresponde a (43,5%) do total, as Delegacias, Seções e Postos de Atendimento Especializados da Mulher tiveram 1.147 (21,6%) e o Disque 190, 1.055 registros (19,8%). Os tipos de reclamações mais freqüentes são: a falta de providências sobre o Boletim de Ocorrência (939 situações); a recusa em registrar o Boletim de Ocorrência (925); a omissão (691); o atendimento inadequado (563); e o despreparo em casos de violência doméstica (536). O atendimento policial e os serviços da segurança pública "são de fundamental importância para aplicação da Lei Maria da Penha, uma vez que são estes os espaços mais procurados pelas mulheres quando tomada a decisão de romper com o ciclo da violência. Faz-se necessário, portanto, prestar atendimento de qualidade, de forma acolhedora e humanizada, conforme está estabelecido nas leis e normas vigentes", declara a ministra Iriny Lopes.

Balanço do Ligue 180 III

Perfil das mulheres 47% das usuárias dos serviços possuem nível fundamental de escolaridade; 51,7% têm entre 20 e 35 anos; e 58,3% se declaram pardas ou pretas. Os números apontam que em 72,1% dos casos os agressores são maridos, companheiros ou ex-companheiros. De acordo com os atendimentos, 58,1% das vítimas são agredidas diariamente, 38% relatam sofrerem violência desde o início da relação, 71,5% das vítimas moram com o agressor e 65,5% convivem com seu algoz há mais de dez

política das mulheres, o que vem de encontro e em sintonia com a prioridade do governo da presidenta Dilma Rousseff.

Ministra participa de reunião com os presidentes dos TJs I

A ministra Iriny Lopes foi a primeira chefe de estado a participar da reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça. O encontro, realizado no dia 18 de fevereiro, contou com a presença de representantes de 22 estados. Os principais temas abordados foram o combate à violência doméstica, a conciliação e as custas judiciais. Iriny agradeceu a recepção do Judiciário e destacou a importância das mulheres. "Fico muito feliz em perceber mulheres na direção de alguns tribunais de justiça. A população feminina no Brasil chega a 52% e as eleições nacionais podem ser decididas pelas mulheres, que somam 51% dos votos. Apesar do peso feminino, isso ainda não repercute na representação dos espaços de poder e decisão", analisou. Segundo ela, no momento em que o STJ debate a Lei Maria da Penha, é preciso lembrar que 78% dos brasileiros conhecem a legislação, de acordo com pesquisa

anos. Em 51,3% dos casos, a mulher diz correr risco de morte. Os filhos presenciam ou sofrem violência junto com a mãe em 84,2% das situações.



Lei Maria da Penha I

É uma lei que mexe com valores, com a concepção e o modelo existente nas relações entre mulheres e homens e, portanto, tira da invisibilidade da violência sofrida por milhares de mulheres em nosso país, apresentando medidas concretas para erradicar a impunidade e enfrentar a banalização desta situação. Nesse sentido, o Estado não pode se omitir perante uma situação de violência. No final de janeiro, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que os processos envolvendo a Lei Maria da Penha poderão ser suspensos condicionalmente em um período de quatro anos. Segundo a Corte, a suspensão do processo dependerá do comportamento do réu e da reparação dos danos causados, quando possível. A Corte entendeu que a Lei Maria da Penha é compatível com a Lei de Juizados Especiais Criminais (9099/95), que permite a suspensão de pena nos casos em que a condenação for de um período inferior a um ano.



Lei Maria da Penha II

A partir dessa decisão, a ministra Iriny Lopes estabeleceu uma série de ações para defender a Lei Maria da Penha. Dentre elas, a assinatura de um Protocolo entre a SPM e a OAB com o objetivo de "Defesa da Lei Maria da Penha"; a repactuação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher com todos os Estados da federação para o fortalecimento da legislação e da rede de atendimento; e a assinatura do Pacto de Defesa da Lei Maria da Penha com o Ministério Público Federal. Em reunião com os presidentes dos Tribunais Estaduais, a ministra apresentou os dados da violência contra a mulher e disse estar à disposição para trabalhar em conjunto com o Poder Judiciário. Para Iriny, é preciso lembrar que 78% dos brasileiros conhecem a legislação, de acordo com pesquisa realizada pelo Ibope em 2008. "A ONU considerou a Lei Maria da Penha como uma das três melhores legislações do mundo na área de violência contra a mulher", citou a ministra.

realizada pelo Ibope em 2008. "A ONU considerou a Lei Maria da Penha como uma das três melhores legislações do mundo na área de violência contra a mulher", citou a ministra. De acordo com Iriny Lopes, os homicídios de mulheres no país são provenientes de violência doméstica. "Os casos começam com lesões leves e vão aumentando de graduação até chegar ao homicídio. Por isso, a violência contra a mulher não pode ser tratada como uma discussão de vizinhos, ou uma briga casual de amigos em um bar. As agressões marcam não só as mulheres, mas filhos e filhas, principalmente crianças e adolescentes".



Expediente:

ASCOM/SPM
 Jornalista responsável:
 Gabriela do Vale (DF 2488JP)
 Editoração: ASCOM/SPM
 Telefone: (55 61) 3411-4214
spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.



SPM e EUA firmam compromisso para promover autonomia das mulheres

O Memorando de Entendimento entre o governo brasileiro e o governo dos Estados Unidos (EUA) para o avanço da condição da mulher ganhou novos contornos em 17 de fevereiro. O acordo foi ampliado e reforçado entre a ministra Iriny Lopes e a embaixadora-geral para Assuntos Global das Mulheres dos Estados Unidos, Melane Verveer. A representante do governo brasileiro propôs a continuidade e aprofundamento da parceria entre os dois países, principalmente em relação ao tema mulher e ciência. No encontro, ficou acordado a concessão de dez bolsas de Pós-Doutorado nos Estados Unidos para jovens pesquisadoras nas áreas de conhecimento em que as mulheres são minoritárias, entre as quais engenharia, matemática, física, e computação. Foi acertado ainda um intercâmbio dos estudantes de ensino médio vencedores da etapa nacional do concurso de redação "Construindo a Igualdade de Gênero" e as meninas ganhadoras da Olimpíada da Matemática.



Nota de repúdio: caso ex-escrivã da Polícia Civil de SP

A SPM divulgou nota de repúdio contra a atitude dos delegados da Corregedoria da Polícia Civil de São Paulo, em razão do procedimento de busca pessoal na ex-escrivã de política suspeita de receber propina durante uma operação. Na nota, pede-se uma nova apuração dos fatos e a conseqüente responsabilização dos culpados. O vídeo, produzido pela própria Corregedoria da Política e veiculado na imprensa, mostra que a ex-escrivã foi algemada quando não oferecia nenhum risco ou resistência à investigação. Ela também recebe voz de prisão por "desobediência" por ter se recusado a despir-se na frente de todos os servidores e da câmera de vídeo, sendo obrigada a produzir prova contra si mesma. As imagens revelam que ela foi despida à força na frente de vários agentes do sexo masculino, quando em nenhum momento se negou a ser revistada mas apenas exigiu que a busca fosse feita por outra mulher, conforme prevê o artigo 249 do nosso Código de Processo Penal. [Leia a íntegra da nota](#)



Martha Rocha: primeira mulher a ocupar o comando da Polícia Civil do RJ

A delegada Martha Rocha é a primeira mulher a ocupar o comando da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Ex-diretora da Divisão de Polícia de Atendimento à Mulher, Martha assume o cargo após o desligamento do delegado Allan Turnowski, anunciado no dia 15 de fevereiro. O secretário de Segurança do Estado, José Mariano Beltrame, deu as boas-vindas à nova chefe de polícia, ressaltando que está feliz por quebrar um paradigma ao escolher uma mulher para chefiar pela primeira vez no estado do Rio a Polícia Civil. Ao assumir o cargo, Martha declarou que sua nomeação é um "desafio". "Vai exigir de mim o que tenho de maior: o amor à Polícia Civil, a dedicação à coisa pública, a honrabilidade do meu cargo e a certeza de que podemos construir uma sociedade justa e solidária", disse. Segundo ela, suas prioridades na chefia serão reforçar o treinamento policial e aumentar a atuação da corregedoria de polícia. A nova chefe da Polícia Civil, 51 anos, tem uma história de 29 anos de Polícia Civil vividos praticamente em todas as áreas. Em 1990, ocupou o cargo de subchefe da Polícia Civil por quatro anos. Também comandou a Delegacia Especial de Atendimento à Turista e atuou como corregedora de polícia. Ela foi subchefe da Polícia Civil, em 1999, e corregedora da Polícia. Enquanto atuou como delegada titular da 15ª DP (Gávea), foi a responsável pelas investigações do seqüestro ao ônibus 174, em 2000, que terminou com a morte de uma refém e do sequestrador. Na época, ela indiciou o comandante do Bope que participava da operação. A delegada foi ainda vice-presidente da Comissão de Organização da Polícia Civil na Rio 92, além de ter sido professora da Academia de Polícia. Em 2006, foi candidata a deputada estadual. Foi vice na chapa de Jorge Bittar (PT) para as eleições da Prefeitura do Rio, em 2004. Também foi presidente do Cedim (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher). Até esta terça-feira (15/2), a delegada ocupava a chefia da Divisão de Polícia de Atendimento à Mulher. Solteira e sem filhos, Martha é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-graduada em Processo Penal pela Universidade Estácio de Sá.



Fórum Direitos e Cidadania



Foto: Roberto Stucket Filho/PR

O primeiro ato da presidenta Dilma Rousseff ao instalar o Fórum Direitos e Cidadania, nesta terça-feira (15/3), foi a assinatura do Decreto que convoca a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Fórum integra um dos quatro eixos temáticos que vão nortear a atuação do governo federal nos próximos quatro anos. É composto pelas Secretarias de Direitos Humanos; Políticas para Mulheres; Promoção da Igualdade Racial e pelos ministérios da Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Cultura, Justiça, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Comunicações, Desenvolvimento Agrário, Pesca e Aquicultura. O grupo conta ainda com a parceria de instituições governamentais e não governamentais, a exemplo da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, Correios, Petrobras, Eletrobras, Sesi e Sebrae. Os eixos de atuação do governo federal foram definidos pela presidenta Dilma Rousseff durante sua primeira reunião ministerial realizada em janeiro. Na ocasião, os 37 Ministérios foram agrupados por temas afins, com o objetivo de assegurar uma gestão compartilhada e resultados mais efetivos em todas as áreas. Além de Direitos e Cidadania, o governo trabalhará com foco no Desenvolvimento Econômico (sob a coordenação do Ministério da Fazenda); Infraestrutura (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); e Erradicação da Pobreza (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS).



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br